

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS

Parecer de 1º turno sobre o Projeto de Lei nº 518/2025

I - RELATÓRIO

1 - Trata-se do Projeto de Lei nº 518/2025, de autoria das Vereadoras Cida Falabella e Iza Lourença, que altera a Lei nº 7.597/1998, a qual dispõe sobre assentamento de famílias no Município de Belo Horizonte.

2 - O objetivo central da proposição é **incluir as pessoas idosas em situação de violação de direitos e risco de desabrigamento** como público prioritário do Programa Municipal de Assentamento, quando encaminhadas pelo Sistema Municipal de Assistência Social.

3 - O projeto prevê, ainda, **flexibilização de requisitos** de atendimento para essa população em situações excepcionais, mediante **avaliação técnico-social**, conforme regulamentação específica a ser editada pelo Poder Executivo.

4 - A justificativa acompanha a proposição e embasa a medida em dados demográficos, vulnerabilizações sociais e racionalidade econômica do atendimento habitacional preventivo, como se observa nas informações apresentadas no documento anexo às fls. 2-3.

5 - Nos termos regimentais, o projeto foi distribuído a esta **Comissão de Orçamento e Finanças Públicas**, para análise quanto à repercussão financeira e à compatibilidade com os instrumentos de planejamento orçamentário.

6 - É o relatório. Passo à análise.

II - FUNDAMENTAÇÃO

vereadora
**MARCELA
TRÓPIA**

PROTOCOLIZADO CONFORME

PORTARIA Nº 21.962/2025

Data: 04/12/2025

Hora: 14:45

GABINETE VEREADORA MARCELA TRÓPIA

A316 - Av. dos Andradas, 3.100, Santa Efigênia, BH/MG

(31)3555-1168 / ver.marcelatropia@cmbh.mg.gov.brz

7 - De acordo com o art. 52, III, *b* e *c* do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, compete a esta Comissão de Orçamento e Finanças Públicas apreciar e emitir parecer sobre proposições que tratem sobre:

b) repercussão financeira das proposições;

c) compatibilidade das proposições com o plano diretor, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual;

8 – Assim, o presente parecer se presta a analisar o projeto, sob a perspectiva de mérito que compete a essa Comissão avaliar.

9 - Nesse contexto, observa-se que o Projeto de Lei nº 518/2025 **não institui programa novo** nem promove expansão desigual e quantitativamente relevante de ações que possam gerar **despesa obrigatória de caráter continuado**. Ao contrário, a medida proposta atua **dentro da estrutura já existente** da Política Municipal de Habitação de Interesse Social, apenas **ampliando** o rol de beneficiários do Programa Municipal de Assentamento e permitindo **flexibilizações regulamentares** de caráter excepcional, com avaliação caso a caso, o que **preserva a discricionariedade administrativa e o controle fiscal**.

10 – Ressalte-se, ainda, que a inclusão da população idosa como público prioritário representa **aperfeiçoamento qualitativo** da política habitacional sem, contudo, alterar a **previsibilidade financeira**, pois o atendimento permanece **condicionado a critérios técnicos e à disponibilidade orçamentária**, parâmetros já consolidados na atuação municipal. Nessa linha, não se verifica qualquer afronta aos dispositivos da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).

11 – Por conseguinte, a proposição **encontra aderência** às metas e objetivos contidos no **Plano Plurianual (PPA)**, especialmente aqueles voltados à garantia do

direito social à moradia e à proteção de grupos vulneráveis, bem como **não exige readequações relevantes** na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ou na Lei Orçamentária Anual (LOA), preservando-se o princípio do equilíbrio fiscal.

12 – Sob o aspecto da economicidade, observa-se que a ampliação do atendimento preventivo **pode representar redução de despesas futuras**, sobretudo aquelas relacionadas à institucionalização de idosos e à ampliação de equipamentos de acolhimento — o que **reforça o mérito econômico** da medida e corrobora sua **compatibilidade com o interesse público** e com as diretrizes de utilização eficiente dos recursos municipais.

III – CONCLUSÃO

14 – Diante de todo o exposto, e **considerando que não se verifica aumento obrigatório de despesa nem ofensa aos instrumentos fiscais e orçamentários vigentes**, esta Comissão **opina pela aprovação do Projeto de Lei nº 518/2025**, nos limites de sua competência institucional.

Belo Horizonte, 04 de dezembro de 2025

MARCELA DE LACERDA
TROPIA:12393283625

Assinado de forma digital por
MARCELA DE LACERDA
TROPIA:12393283625
Dados: 2025.12.04 14:44:48 -03'00'

Vereadora Trópia

Relatora